

Sociabilidade em rede

Gabriel de Santis Feltran¹

Resenha do livro:

MARQUES, Eduardo. *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*. São Paulo, Editora UNESP e Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

As condições de vida e os padrões de sociabilidade das camadas mais pobres da população, no Brasil, têm sido marcados por transformações muito intensas nas últimas quatro décadas. Nesse período, os mercados de trabalho populares se reconfiguraram inteiramente, na esteira da chamada “reestruturação produtiva”; simultaneamente, declinou a migração ao sudeste, fundadora dos territórios de moradia popular nas metrópoles, e se consolidou a inscrição das mulheres no mercado de trabalho, deslocando decisivamente as relações de gênero domésticas. Imersa nessas transformações, a família popular tendeu à nucleação, em arranjos muito heterogêneos. No plano religioso, e especialmente entre os mais pobres, o trânsito do catolicismo ao pentecostalismo foi também muito notável. Além disso, o acesso à infraestrutura urbana, serviços fundamentais e bens de consumo cresceu muito desde os anos 1970 e, embora ainda deficiente, possibilitou outros modos de inserção das novas gerações na cidade. Da mesma forma, as dinâmicas da criminalidade urbana se alteraram radicalmente nesse período e, com elas, os modos da disposição e gestão da violência nos territórios. Em suma, as categorias centrais das análises sociológicas sobre os pobres urbanos: o trabalho, a migração, a família, as políticas sociais e urbanas, a religião e a violência, estão hoje muito longe de ser o que foram.

1 Professor do Departamento de Sociologia da UFSCar.

À luz desse cenário de deslocamentos, nada triviais, a literatura acadêmica sobre os temas em questão tem sido saudavelmente renovada. O livro “*Redes Sociais, Segregação e Pobreza*”, de Eduardo Marques, vem a público já como referência importante desse processo de renovação analítica. O autor – professor do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole, do qual já foi diretor – apresenta ao leitor os resultados de uma pesquisa empírica inovadora, e de muito fôlego, sobre as relações entre *redes sociais de indivíduos e condições de pobreza urbana*. Com ênfase no caso paulistano, mas amparado também por pesquisas complementares e comparativas, o estudo dedica-se a mapear as redes sociais de centenas de pessoas em diferentes situações de pobreza e segregação espacial na cidade.

Na Introdução do trabalho, Eduardo Marques apresenta as principais questões que o guiaram no estudo empreendido e nas formas de analisar os dados obtidos na elaboração do livro, originalmente sua tese de livre-docência. São elas:

Como são as redes de relações dos pobres no Brasil metropolitano, e o que as condiciona e influencia? Quais são os tipos de redes existentes e de que forma elas se associam com padrões distintos de sociabilidade? Que consequências essas redes produzem para os indivíduos e para a pobreza em geral? (A ênfase aqui é a mediação de acesso a bens obtidos no mercado ou fora dele). Quais são os mecanismos pelos quais as redes influenciam as condições de vida, a pobreza e as desigualdades sociais no cotidiano dos indivíduos? (Marques, 2010: 17).

As questões explicitam uma clivagem analítica que me parece decisiva para a leitura do livro, e que permitem avaliar o estatuto da contribuição que ele oferece à literatura especializada. Em minha interpretação, as duas primeiras perguntas guiam a tentativa de caracterizar e tipificar as redes de indivíduos em situação de pobreza e, nessa medida, elaboram o plano cognitivo a partir do qual se descreve o mundo empírico estudado e se fundamentam as análises desenvolvidas ao longo do livro. A heterogeneidade constitutiva das redes encontradas permite, então, sua classificação e a busca por padrões nomológicos de relações entre os critérios básicos de estudo (sexo, idade, renda, escolaridade, migração etc.), e as dinâmicas familiares, escolares, religiosas, civis e econômicas, que vão constituir os parâmetros do estudo da sociabilidade de indivíduos inscritos na pobreza. As duas últimas questões, por sua vez, e de modo coerente com o legado weberiano anunciado nas primeiras, elaboram planos de inferência analítica mais ampla, buscados pelo estudo; trata-se agora de procurar pelas *consequências* das distintas conformações das redes para indivíduos e para a

pobreza em geral. Nessa busca, destacam-se não apenas os atributos das redes, mas sobretudo os *mecanismos* causais que condicionam suas características formais e suas formas de transformação na linha do tempo. Desprende-se daí uma tentativa ousada de buscar, nos padrões relacionais expressos formalmente pelas redes, uma interpretação mais geral das situações de pobreza urbana, segregação socioespacial e condições de vida em São Paulo e, por comparação, em outras metrópoles brasileiras. A clivagem inicial entre os dois pares de questões norteadoras do trabalho apresenta-se, portanto, como elemento central para a ordenação do problema a investigar, os modos de tratá-lo e a estrutura interna do livro.

No primeiro capítulo, Eduardo Marques prepara o terreno do debate, tomando posição frente à bibliografia nacional e internacional de redes, pobreza e segregação, e elaborando precisões conceituais. As noções de pobreza urbana, segregação e redes são, então, estudadas criticamente, em debate com a sociologia urbana, o urbanismo e a ciência política. O estudo das categorias “pobreza” e “segregação” encaminha o leitor para uma percepção relacional dos fenômenos em pauta, o que é inovador frente aos modos usuais de tratamento destes termos no debate. Em seguida, quatro décadas da bibliografia sobre “redes sociais” são perscrutadas para contextualizar a escolha teórico-metodológica do estudo em questão, que concentra sua novidade, tal seja, o exame de *redes pessoais* de indivíduos em situação de pobreza. Ainda neste capítulo, o autor torna claro seu caminho analítico e explicita o diálogo teórico com a produção recente de autores como Charles Tilly:

Parto da hipótese de que espaço e redes são estruturas que incorporam (ou incluem) possíveis mecanismos causais para as situações de pobreza. Esses mecanismos atuam mediando o acesso dos indivíduos a diversas estruturas de oportunidades e outros elementos que influem no seu bem-estar (Marques, 2010: 57).

Nos Capítulos 2, 3 e 4, as duas primeiras questões anunciadas operam como mote da caracterização do universo empírico estudado. O segundo capítulo combina uma apresentação da metrópole paulistana e suas pobrezaas a uma descrição dos momentos da pesquisa empreendida, instrumentos metodológicos desenvolvidos e locais de moradia dos indivíduos cujas redes serão analisadas. O “capítulo metodológico”, assim, além de situar a perspectiva a partir da qual fala o autor, apresenta ainda uma série extensa de dados empíricos que pode subsidiar uma série de outras investigações. O terceiro e o quarto capítulos, então, se debruçam inicialmente sobre os dados coletados. Aqui já se torna claro

um preceito metodológico fundamental, muito relevante nesse caso: descrever já é analisar, e apresentar resultados de pesquisa. Os resultados surgem da caracterização proposta, e são inicialmente tratados, conforme aparecem. Nota-se que as redes dos indivíduos pesquisados apresentam tendência a ser menores, mais locais e menos diversificadas que as de indivíduos de classe média. No entanto, percebe-se que elas variam mais a partir da juventude – adolescentes de classe média têm redes formalmente muito próximas às de meninos e meninas das periferias, ainda que os atributos contidos nelas sejam muito distintos. Na idade adulta, porém, tanto a forma quanto os atributos das redes dos indivíduos são muito distintas. Eduardo Marques apresenta uma hipótese instigante das causas pelas quais essa variação opera – deixo ao leitor o gosto de descobri-la. Pois o que importa aqui, sobretudo, é demonstrar a heterogeneidade das redes internas ao mundo pesquisado. Nada de estereotipar “a” pobreza, portanto: há que pensá-la em seu plural constitutivo, e considerar as clivagens internas ao mundo das periferias urbanas. O quarto capítulo dedica-se, por isso, a elaborar uma tipologia das redes estudadas a partir de sua regularidade interna, tanto em relação à dimensão e estruturação formal, quanto à inserção urbana e padrões de *sociabilidade* – considerada com padrões de atributos relacionais que, no livro, aparecem em diálogo crítico com a noção de capital social.

Se o mapeamento realizado até aqui já contribui decisivamente para demonstrar, além da enorme heterogeneidade intrínseca às pobrezaas contemporâneas, que se faz necessária uma ruptura analítica – ou, ao menos, uma relação empírica e indutivamente construída – com as teses economicistas ou macroestruturais, essa é só a contribuição inicial do volume. Os capítulos 5, 6 e 7 se dedicam a extrair inferências causais de maior envergadura, a partir dos dados empíricos e da tipologia construída, avançando cuidadosamente no argumento, passo após passo. O quinto capítulo dedica-se a demonstrar os efeitos das redes para que indivíduos acessem os mercados, com centralidade para o mundo do trabalho, e o sexto investiga sua relevância para acessar bens e serviços não mercantis. Para esse capítulo, um estudo qualitativo complementar, realizado a partir do mapeamento das redes pessoais, e entrevistando em profundidade vinte sujeitos das mais diferentes situações tipificadas, contribui para buscar hipóteses explicativas de alguns dos *mecanismos causais* implicados tanto na *variabilidade das redes* quanto nos seus diferentes padrões ao longo dos ciclos de vida. O sétimo capítulo dedica-se, então, a explorar a última questão norteadora apresentada, ou seja, investigar analiticamente o problema dos *mecanismos* que fazem com que as redes variem, em diálogo com a bibliografia nacional e internacional da área. Aqui, a dimensão da *sociabilidade* aparece ainda mais

claramente como categoria central para, junto das categorias clássicas de renda e acesso, pensar os diferentes padrões de privação encontrados, bem como as formas como eles variam ao longo dos ciclos de vida, passagens geracionais etc.

A análise criteriosa dos resultados obtidos em campo permite a Eduardo Marques, portanto, dialogar de modo provocativo tanto com as formas tradicionais de interpretar a pobreza (renda, ocupação, condições de moradia etc.) quanto com novos e promissores parâmetros para pensá-la no país (acesso a bens e serviços obtidos em mercados, fora de mercados, padrões de trocas e reciprocidade entre indivíduos e grupos etc.). Ao final do livro, de leitura fluida e agradável, resta ao leitor especialista um olhar admirado frente à originalidade da proposta teórica e metodológica que, no entanto, não dispensa a tradição do pensamento da questão urbana e das desigualdades sociais no Brasil; ao gestor público interessado na cidade, seguramente restará a sensação de que o conhecimento acadêmico não é tão inócuo quanto pode parecer, à primeira vista; a qualquer leitor interessado, sem dúvida, restará o enriquecimento provocado pelo contato com resultados empíricos muitas vezes contraintuitivos, que desmistificam uma série de teses apressadas sobre as causas e as características da pobreza contemporânea. A mim, que trabalho com temas e cenários parecidos àqueles pesquisados no livro, embora utilizando perspectivas teórico-epistemológicas distintas, restou aquilo que Hannah Arendt chamaria de “experiência do pensar”. Os dados expostos por Eduardo Marques me fizeram pensar durante dias, e sua clareza na exposição permite diálogo também com suas formas – inteiramente originais – de tratar o material empírico com vistas à produção de inferências analíticas. O livro nos convida a todos, portanto, para um debate intelectual qualificado, tanto sobre as cidades contemporâneas, sua heterogeneidade e desigualdade intrínsecas, quanto sobre a renovação necessária do pensamento social e político contemporâneos. A acolhida calorosa que o livro vem recebendo indica que essa renovação é bem-vinda. “*Redes Sociais, Segregação e Pobreza*”, de Eduardo Marques, já vem a público, portanto, como contribuição fundamental tanto para o debate acadêmico sobre pobreza e segregação, quanto para a formulação de políticas coerentes com o compromisso público de construção de cidades mais justas.

Como citar esta resenha:

FELTRAN, Gabriel de Santis. Sociabilidade em rede. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 231-235.